

Cultura e Turismo como Vetores do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável para a Baía de Camamu-Ba

Carlos Henrique Leite Borges¹
Sócrates Jacobo Moquete Guzmán²

Resumo

O rápido crescimento da atividade turística em todo o mundo vem despertando cada vez mais o interesse pelo estudo do fenômeno e seus impactos nos destinos e sobre as populações visitadas. Empreendimentos e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo que negligenciem os aspectos e as peculiaridades do local, podem ampliar os desequilíbrios existentes e ainda produzir outros mais. É preciso pensar o turismo como uma atividade econômica que gere emprego e renda e, também, como uma via de preservação da identidade cultural. O planejamento participativo sustentável pode promover a manutenção da qualidade dos destinos, a identidade e a história local através da minimização dos impactos negativos provenientes do desenvolvimento inadequado do turismo. O presente artigo, através de uma revisão bibliográfica, aborda alguns conceitos do termo cultura e mostra alguns casos dos impactos do turismo sobre a identidade cultural, situações de prejuízos e também de benefícios às comunidades receptoras como a valorização da cultura local através da atividade turística, revelando possibilidades de se promover o desenvolvimento local na Baía de Camamu não apenas a partir dos seus atrativos naturais, mas também com a apropriação responsável do patrimônio histórico-cultural.

Palavras-chave: cultura, identidade cultural, turismo, desenvolvimento local.

1 Introdução

O turismo enquanto atividade econômica é uma das que mais cresce no mundo. Tal afirmação é ponto pacífico em qualquer debate. Seus benefícios são conhecidos em termos de geração de renda e mobilização de recursos, tanto humanos como naturais e também seus impactos negativos, suscitando preocupações quanto a ações que minimizem os prejuízos às comunidades receptoras.

O lazer, a diversão, o esporte, os negócios, a natureza, são motivos que estimulam as pessoas a viajar, conhecer localidades e seus atrativos. Entre a motivação e o consumo

¹ Mestrando em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC – Ba. E-mail: chlborges@hotmail.com.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do CNPq e professor adjunto da UESC. E-mail: socrates_moquete@yahoo.com.

turístico é desencadeada uma das mais rentáveis atividades econômicas, movimentando grande vulto de capital financeiro, gerando impactos econômicos, ambientais e culturais.

O rápido crescimento do turismo no mundo vem trazendo algumas importantes reflexões para o poder público, setor privado, pesquisadores, ambientalistas e comunidades. É certo que o turismo contribui consideravelmente para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das localidades envolvidas, mas, ao mesmo tempo, pode ampliar os desequilíbrios ambientais, fragilizar a estrutura social e depreciar a herança histórico-cultural dos povos.

Segundo Rodrigues (2003) muitos países obtiveram grande sucesso com modelos de desenvolvimento que priorizaram a capacidade das forças locais em criar e sustentar o seu desenvolvimento, tendo o município como ponto focal das ações e um dos principais elos do pacto territorial local. É justamente neste espaço microrregional, que predomina a identidade econômica, social e cultural, com maiores possibilidades de ganhos competitivos.

É fato que qualquer atividade turística deve passar por um planejamento responsável, integrado, com a participação dos principais atores envolvidos e que o desenvolvimento local tenha como uma de suas principais premissas a necessidade de conhecer a identidade cultural local e a busca por sua conservação e valorização.

O turismo pode revelar-se com uma atividade capaz de reduzir distâncias e promover o intercâmbio cultural para abreviar as disparidades sociais e econômicas, no qual sua prática pode favorecer a economia, bem como a valorização e reprodução da identidade local.

O planejamento do turismo deve estar atento às características culturais de modo que estas sejam tratadas como fator de desenvolvimento turístico e também como forma de promoção do desenvolvimento local. É preciso entender o significado da cultura para o fortalecimento das comunidades locais além de avaliar a identidade cultural como atratividade para a atividade turística, de modo a deflagrar o processo de desenvolvimento local.

Segundo Kliksberg citado por Oliveira (2006), a cultura pode ser considerada fator decisório na coesão social uma vez que, ao apresentar raízes culturais fortalecidas, pode favorecer a reprodução do associativismo, organização sócio-comunitária e gestão participativa. Além disso, a cultura é capaz de tornar-se um instrumento de melhoria econômica e social, à medida que o desenvolvimento cultural manter a integridade identitária coletiva e construir novas possibilidades de emersão social, cultural e econômica.

Além da definição do marco teórico do que venha a ser conceituado como cultura, este artigo pretende demonstrar como a cultura local interfere no processo de desenvolvimento e qual o significado de cultura para o turismo e como estes elementos podem contribuir para o chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

2 A Cultura como fator de atratividade turística

O termo cultura possui várias acepções passando por níveis de entendimento dos mais simples possível, dentro dos conceitos que permeiam o senso comum até significados mais complexos e plural, como aqueles significados encontrados em diversas ciências como na agricultura, na biologia, na sociologia, na filosofia e na antropologia.

Pode se dizer que cultura diz respeito a práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço/tempo, referindo-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam toda uma sociedade.

Segundo Laraia (1997, p.30) a primeira definição de cultura no sentido antropológico pertence a Edward Tylor, que sintetizou os termos germânico *kultur* e o francês *civilization* no vocábulo inglês que ele chamou de *culture*. Esta expressão representa todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p.35) nos apresentam uma definição de cultura como um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente. Neste sentido a cultura abrangeria diversos aspectos da vida como os conhecimentos técnicos, os costumes no que diz respeito ao modo de se vestir, de se alimentar, a língua os valores, atividades produtivas e relações econômicas e de poder.

Então, podemos entender a cultura como sendo uma herança social, um conjunto de elementos que foram desenvolvidos e transformados historicamente por um grupo humano, através de um sistema de símbolos. É o complexo de conhecimentos, valores, crenças, técnicas, idéias desenvolvidas historicamente por uma sociedade e que são compreensíveis por seus membros e empregadas socialmente.

Tais componentes culturais representam traços marcantes de um povo e podem tornar-se fatores de atratividade para o turismo quando pensado de forma planejada e visando promover a valorização da identidade local. De outra forma, poderá o turismo aviltar as condições e relações sociais existentes depreciando a identidade cultural dos povos receptores, que se torna negligenciada e muitas vezes devastada. A indústria turística traz benefícios, mas também oferece prejuízos e externalidades negativas apresentando características de um modelo econômico perverso.

Segundo Grünewald (2003, p. 44) o desenvolvimento turístico levaria os nativos de pequenas sociedades hospedeiras a abandonarem um modo de vida tradicional e independente

do capitalismo global para se inserirem em negócios locais incrementados pelo efeito multiplicador do desenvolvimento turístico.

Encontra-se em Friedman (1999, p. 341) um exemplo de como a indústria turística pode provocar a descaracterização cultural, como no caso dos havaianos. O autor relata que o movimento cultural havaiano é “inexoravelmente antiturista”.

A luta que eles travam pela revitalização de um estilo de vida tradicional faz parte de uma luta pela soberania que pode possibilitar que a cultura havaiana se realize. Trata-se de um movimento que teve seu início na década de 1970, com uma tentativa para estabelecer a identidade cultural e o direito ao solo que lhes possibilitaria praticar essa mesma cultura após mais de um século de desintegração social e de genocídio cultural em consequência da integração forçada das ilhas à hegemonia americana em expansão (FRIEDMAN, 1999, p.341).

Segundo o mesmo autor, uma vez que a indústria turística constitui a força absolutamente dominante no Havaí, após a queda da economia agrícola, uma indústria que não expressa as estratégias havaianas, mas que contribuiu para desalojá-los mais do que qualquer outra economia colonial anterior, o movimento caracteriza-se em forte oposição a esta indústria.

É preciso pensar em um turismo de forma responsável e planejado com a participação efetiva de indivíduos e instituições nas comunidades receptoras para que tal atividade não desencadeie um processo de prejuízos que venha a superar todos os possíveis benefícios da atividade. Irving citado por Mendonça e Irving (2006, p.89) relata que o avanço turístico, no entanto, nem sempre ocorre a favor das populações locais e, frequentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental.

No entanto, de forma responsável e consciente, é possível realizar um planejamento turístico que potencialize os benefícios desta atividade e da qual se reverta em ganhos reais para a comunidade, a despeito da característica degradadora e descaracterizadora do turismo de massa.

Essa outra perspectiva mais produtiva, que se inicia ainda na década de 1970, reforça a etnicidade promovida entre certas populações com um reforço de certas tradições que passaram à condição de chamariz turístico, e assim também participando da perspectiva do desenvolvimento local do turismo.

A alternativa para um outro modelo de turismo estaria apoiada numa forma de atuar que privilegie as comunidades tradicionais e que seus atores tenham autonomia de gerir seus objetivos dentro de tal atividade.

Nesse contexto, o turismo alternativo se constituiria como uma mediação possível de dar algum dinamismo econômico a esses lugares, representada pela possibilidade de geração local de emprego e renda, que, por sua vez constitui o braço economicista da ideologia do localismo (BENEVIDES, 2002, p.25).

Deste modo, como forma de desenvolvimento local, o turismo poderia atuar se fosse orientado para a manutenção da identidade cultural dos lugares, e se valer da própria identidade cultural como fator de atratividade turística e a valorização de suas potencialidades ambientais e culturais, sempre com a participação local no direcionamento deste processo.

Friedman (1999) nos fala da experiência dos Ainus na valorização cultural através do contato com o estrangeiro. Trata-se de uma minoria étnica do Japão que luta para sobreviver dentro da modernidade japonesa. Os Ainus estabeleceram estruturas tradicionais em aldeias com o objetivo explícito de produzir produtos artesanais tradicionais e fazer com que os turistas chegassem até eles e testemunhassem o seu estilo de vida tradicional.

Os turistas são convidados não só a adquirirem os produtos ainus, mas também para observarem como os mesmos são confeccionados, e até mesmo a aprenderem a confeccioná-los e a tentarem reproduzi-los. Eles podem também obter noções sobre a mitologia ainu, sobre os rituais e a história do seu povo, saborear a comida ainu e alugar as casas ainus, especialmente quando as escassas pensões da redondeza estão tomadas pelos turistas (FRIEDMAN, 1999, P. 339).

Existe hoje uma procura cada vez maior pelo diferente, pelo exótico, o que vem se caracterizando como alternativas economias para tais comunidades como também representa a revitalização e valorização cultural local, e se existe tal procura pelo exótico, os habitantes dessas localidades devem se promover com esse exótico, com o diferente, devem se utilizar desse elemento como fator de atratividade turística.

3 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS

Falar de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer uma breve discussão sobre a dimensão e os conceitos envolvidos neste modelo de desenvolvimento. O que falar do termo Desenvolvimento? Abrangente e polêmico o conceito envolve abordagens de correntes que podem ser conflitantes. A abordagem hegemônica, do pensamento econômico liberal, relaciona desenvolvimento ao processo de dinamização do crescimento econômico, não há distinção entre crescimento e desenvolvimento.

Em outra perspectiva, parece que o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para resultar em desenvolvimento. Sen (2000) argumenta que uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. O autor completa ainda que “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo”. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

Neste sentido, ser prudente e socialmente responsável é pensar em um desenvolvimento que dinamize o crescimento econômico aliado com outros fatores como o crescimento do capital humano, social e natural.

Mas como obter tal modelo de desenvolvimento? De quem é a responsabilidade? Quais políticas são necessárias à sua consecução e de onde deve emanar? Boa parte da população é quase certo que responderia a tais questionamentos sinalizando que a responsabilidade por tais políticas deve-se exclusivamente ao poder público. Talvez a iniciativa deva partir do poder público, mas da sua concepção e até mesmo da sua execução deve fazer parte a comunidade, o setor privado e a sociedade civil organizada.

O processo de desenvolvimento exige a participação da população residente, pois os maiores responsáveis e beneficiários do desenvolvimento do local são as pessoas que ali vivem. Paula (2001) afirma que para obter esse nível de participação da comunidade local, é preciso adotar estratégias de planejamento e gestão compartilhada do processo de desenvolvimento e que uma dessas estratégias seria a promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS.

Ainda Segundo Paula (2001) o DLIS é uma estratégia de indução do desenvolvimento local, entendendo-se por desenvolvimento local o processo de tornar dinâmicas as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, de modo a favorecer o crescimento econômico e, simultaneamente, elevar o capital humano, o capital social, a melhoria das condições de governo e o uso sustentável do capital natural.

Continuando a dissecar o termo DLIS, o “local”, segundo o autor, é entendido como qualquer recorte socioterritorial delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade. Pode ser uma característica físico-terrotorial (localidades de uma mesma microbacia), uma característica econômica (localidades integradas por uma determinada cadeia produtiva), uma característica étnico-cultural (localidades indígenas, remanescentes de quilombos), uma característica político-territorial (municípios de uma microrregião), etc.

O “integrado” significa um modelo de desenvolvimento que leva em conta a necessidade de articulação entre todos os atores que interagem no âmbito local, como também a necessidade de articulação entre os diversos fatores que interferem no desenvolvimento (fatores econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos) (PAULA, 2001, p.145).

O “sustentável” remete ao desafio de buscar satisfazer às necessidades atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras.

Então como se constrói um processo de desenvolvimento seguindo tal modelo? Paula (2001) descreve sete passos que ele chamou de elementares para a promoção do DLIS. O primeiro passo caracteriza-se pela mobilização e sensibilização da sociedade local. Nessa etapa são necessárias reuniões, palestras e exposições para os diferentes grupos da sociedade em busca de constituir um Fórum ou um Conselho de Desenvolvimento Local onde serão discutidas e traçadas as diretrizes.

O segundo passo seria a capacitação do Fórum ou do Conselho. As lideranças escolhidas para compor tal colegiado deverão ser capacitadas para as atividades de planejamento e gestão.

A próxima etapa compreende o Diagnóstico Participativo Local. Nessa etapa o grupo trabalhará na identificação das potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas que podem alavancar o desenvolvimento local. Também aqui são discutidos os problemas, obstáculos e limites ao desenvolvimento local.

O quarto passo diz respeito ao processo resultante do Diagnóstico, a partir do qual o grupo vai identificar as vocações ou eixos estruturantes do Desenvolvimento, ou seja, aquelas atividades principais que podem tirar proveito das vantagens comparativas locais transformando-as em vantagens competitivas. Trata-se do Plano de Desenvolvimento Local.

A quinta etapa trata da construção de uma Agenda Local, um elenco de ações extraídas dentre aquelas contidas no Plano e definidas como prioritárias.

A Negociação da Agenda seria a fase seguinte. A proposta aqui é criar a oportunidade de negociação entre o Fórum ou conselho e Organizações governamentais e não-governamentais, de modo que sejam obtidos os recursos necessários para a implementação efetiva das prioridades contidas na Agenda Local. A Negociação possibilita que a demanda construída pela comunidade possa ser atendida através da oferta convergente e articulada de investimentos governamentais e não-governamentais.

O sétimo e último passo corresponde à Implementação da Agenda, Monitoramento e Avaliação. Uma vez negociados e pactuados os compromissos de investimento para a

execução das ações, caberia ao Fórum ou Conselho a tarefa de acompanhar sua efetiva implementação.

4 Baía de Camamu: sua identidade cultural e possibilidades de um desenvolvimento local com base no turismo

A Baía de Camamu, terceira do Brasil, está localizada na região econômica denominada Litoral Sul e dentro da Zona Turística Costa do Dendê. Vários e pequenos povoados ou aglomerados humanos dos três municípios distribuem-se em volta de toda a baía, em suas ilhas e seus rios. A população sobrevive basicamente de uma economia agrícola baseada no cultivo de culturas nativas, e nas regiões litorâneas da pesca e do turismo. Aliada ao patrimônio natural, dispõe, ainda, de inestimável riqueza arquitetônica e cultural: casarões, igrejas, conventos, casas de fazendas, além de algumas manifestações populares que compõe seu valiosíssimo acervo cultural.

A Baía de Camamu delimita um espaço geográfico formado em seu entorno por três municípios, entre eles aquele que empresta seu nome à Baía. Envolve os municípios de Camamu, Maraú e Igrapiúna. De acordo com Fischer (2007) o extrativismo de madeiras nobres, a exemplo do pau-brasil, marcou o início da colonização da Região Sul, promovendo, na primeira metade do Século XVI, o surgimento de entrepostos comerciais ao longo da costa. A cana-de-açúcar passou a ocupar lugar privilegiado na economia local, prevalecendo até o final do Século XVII, quando surgiram as primeiras povoações em decorrência da expansão dessa cultura. A partir desse momento, a Região Sul tornou-se grande produtora de alimentos, como farinha de mandioca, milho e feijão, além de derivados da atividade pesqueira.

Camamu fica no estuário do Rio Acaraí, numa das maiores baías brasileiras, a terceira maior mais precisamente. Segundo Risério (2003) sua origem remonta ao ano de 1560, e está numa aldeia de índios catequizados pelos missionários da Companhia de Jesus. A enciclopédia dos municípios do IBGE citado por Risério (2003), diz que em novembro de 1561 o padre provincial Luiz da Grã, a pedido de um índio cristão de Ilhéus, chamado Henrique Luiz, transferiu a aldeia mais para o sul do local em que se encontrava, fixando-a no lugar denominado Passagem do Macamamu por ser terras mais férteis e banhado por diversos rios. Nesse local foi fundada uma grande aldeia, congregando índios de outras menores, situados em lugares distantes e quase inacessíveis, com o nome de Aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Macamamu, ficando presidida por dois religiosos jesuítas, sendo no mesmo ano elevada à categoria de freguesia pelo Bispo D. Pedro Leitão, e filiada à Vigararia de

Ilhéus. Segundo Risério (2003), Camamu é vocábulo tupi, designação de uma ave aquática, contração de *cama-m-un*, “o peito negro”. Segundo o mesmo autor, em Camamu havia um engenho dos jesuítas e a maior concentração regional de índios convertidos ao catolicismo. Camamu tornou-se município em 1891, sendo à época o maior exportador de farinha de mandioca do país e o segundo município mais importante da Bahia.

O município de Maraú originou-se de uma aldeia dos índios Mayrahú, que significa "Luz do sol ao amanhecer". Segundo Risério (2003) sua origem remonta ao aldeamento catequético de São Sebastião de Mairauá, fundado no ano de 1705 pelos capuchinhos italianos que, naquela época mapeavam missionariamente terras baianas. O título de vila foi obtido em 1761. Em 30 de março de 1938, a então Vila, é emancipada e se torna Município de Maraú.

Nas palavras de Risério (2003), Maraú é um dos lugares do litoral sul que nos sugere, ameaçando tornar verdadeiro, o surradíssimo clichê paraíso tropical, com praias como as da Ilha do Sapinho, a de Taipus de Fora, a da Saquaíra e a do Casange, pra não falar da Cachoeira do Tremembé. O que pouca gente sabe é que Maraú experimentou um curioso esboço de processo industrial na segunda metade do século 19 no campo da mineração de teor petrolífero. Trata-se da Usina John Grant & C., onde se refinava querosene produzia-se cerca de 40 a 50 toneladas de valas por semana. O querosene extraído da grande fábrica de João Branco (como era conhecida a fábrica John Grant) era classificado como o melhor dentre os importados na época. A parafina produzida pela fábrica em tela era conhecida como brazolina e muito procurada.

Segundo Risério (2003) a história econômica e social do petróleo, no Brasil, não começa, portanto, no século 20. Nem tem o seu ponto de partida na região do recôncavo baiano. Começa bem antes disso. E em outro espaço, começa em Maraú, começa na baía de Camamu.

Em 1797, a comarca de Ilhéus viu nascer uma nova freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora das Dores de Igrapiúna. Paisagem desenhada por rios, cachoeiras, praias, ilhas, manguezais e remanescentes de Mata Atlântica fazem de Igrapiúna um dos mais belos cenários da região. Também uma das mais antigas localidades, a cidade surgiu de uma aldeia de índios Tupiniquins denominada "Igarapé - Una", que, em Tupi Guarani, significa Pequeno Rio de Águas Escuras.

Sua extensa faixa litorânea integra a Área de Proteção Ambiental (APA) Pratigi, com uma rica fauna e flora, além da diversidade de ecossistemas. Igrapiúna mantém viva a cultura tradicional em comunidades remanescentes dos quilombos, a exemplo da Ilha das Flores,

Ponta, Maruim e Pedra Nova. A Igreja de Nossa Senhora das Dores, padroeira local, data do início do século XVIII.

Esses três municípios compõem um rico patrimônio histórico, cultural e arquitetônico datado desde os primeiros momentos da colonização brasileira. Além dos aspectos culturais a região acolhe um conjunto de paisagens naturais das mais exuberantes do Brasil. Combina o oceano com grande diversidade de rios, manguezais, ilhas, recifes coralinos, restinga e mata atlântica. Constitui-se em extraordinário espaço ecológico para a vida e reprodução da flora e fauna com destaque para os manguezais.

Conhecendo agora um pouco mais sobre a localidade e acerca do conceito que envolve o termo DLIS e a sua construção, é necessário responder de que forma o turismo e a cultura podem se tornar vetores desse modelo em benefício da Baía de Camamu e seu entorno.

Primeiro definiremos o “local” como sendo o espaço territorial delimitado por uma identidade em comum que é o aspecto físico-territorial conferida pela Baía que une as três localidades em questão, sem contar com os aspectos da formação cultural e histórica que envolve os três municípios.

Dessa forma entende-se que Baía de Camamu representa não só um elo físico para essas localidades como também representa uma ligação de identidade cultural forjada através da história desde a fase de colonização brasileira quando serviu de palco para a exploração e comercialização de produtos da região, confrontos com indígenas, comércio de escravos, incursões jesuíticas, e servindo principalmente até hoje como fonte de renda para as comunidades ribeirinhas. Hoje a Baía de Camamu revela-se com um forte potencial turístico que pode melhor ser aproveitado com vistas à promoção do desenvolvimento dessas localidades.

Todos esses aspectos que envolvem a história, a cultura e o modo de vida daqueles que vivem no entorno da Baía de Camamu podem tornar-se um conjunto de elementos atrativos que podem enriquecer ainda mais a experiência turística na região.

A atividade turística dado o seu efeito multiplicador, perpassando por quase todos os setores econômicos representa um dinamizador da economia. Então o turismo pode ser sim um vetor de desenvolvimento quando planejado de forma sustentável utilizando-se dos aspectos culturais, históricos e naturais, valorizando-os e promovendo a sua conservação.

A cultura e o turismo podem representar o ponto de partida para um processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável para os municípios que compõem a Baía de Camamu haja vista as motivações já descritas que podem desencadear um processo de planejamento integrado, que pense o turismo como uma atividade econômica que envolva

maior número de pessoas dentro da sua cadeia produtiva, promova a geração de renda e a valorização dos atrativos culturais e naturais do local.

O ponto de partida deverá ser a criação de um conselho ou fórum de turismo composto por representantes do poder público, iniciativa privada e a comunidade dos três municípios onde deverá ser realizado um diagnóstico sobre o local e posterior concepção e melhoramentos de produtos turísticos que proporcionem ao visitante conhecer as peculiaridades locais, os atrativos naturais e seu patrimônio cultural.

5 Considerações finais

O processo de desenvolvimento local exige a mobilização e o envolvimento de todos os atores representativos da comunidade. O artigo apresentou a relação entre turismo e a cultura para a promoção de tal desenvolvimento descrevendo os principais conceitos de cultura e como esta pode ser impactada pela atividade turística.

A partir da bibliografia consultada ficou evidenciado que a cultura local e o turismo podem caminhar na mesma direção ou estarem completamente dissociadas. A identidade cultural de um povo pode ser fragilizada com a expansão do turismo levando os indivíduos a abandonarem seu modo de vida tradicional e ainda ter sua cultura descaracterizada.

De fato, sendo utilizada e planejada para o mercado, seguindo os moldes de um sistema econômico degradador, tal atividade, onde neste sentido o termo indústria lhe cairia bem, só vem a ampliar as desigualdades e depreciar a cultura local como mostrado no exemplo dos havaianos.

Ainda assim, a despeito dos possíveis prejuízos que o turismo poderia causar à cultura local, quando planejado de forma responsável, com o envolvimento de todos os interessados, tal atividade pode fortalecer e promover a identidade cultural servindo de instrumento de valorização desta identidade a partir do contato entre turistas e receptores e ainda representado um vetor de desenvolvimento local.

Foi apresentado o DLIS como modelo de desenvolvimento local em que a participação e envolvimento da comunidade tornam-se necessárias ao planejamento integrado das diretrizes e ações a serem executadas. O turismo dada a sua capacidade mobilizadora de quase todos os fatores de produção e devido ao seu efeito multiplicador, foi concebido como uma atividade capaz de tornar-se vetor desse modelo de desenvolvimento para a Baía de Camamu considerando sempre a valorização da cultura local.

Referências

- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- FISCHER, Fernando. et. Al. **Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.
- FRIEDMAN, Jonathan. Ser no mundo: globalização e localização. In: FEATHERSTONE, M. **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e etnicidade. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n.20, p. 141-159, Out. 2003.
- KASHIMOTO, E.M.; MARINHO, M.; RUSSEF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V.3, n.4, p. 35-42, Mar.2002.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MENDONÇA, T.C. de M; IRVING, M. de A. Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In: TREVIZAN, S.D.P (Org.). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2006.
- OLIVEIRA, Anelize Martins de. Ensaio teórico: o significado da cultura para o turismo com base local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 4, 2006.
- PAULA, Juarez de. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane (Orgs.). **Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias**. Rio de Janeiro: DLIS, 2001.
- RISÉRIO, Antonio. **Tinharé: história e cultura no litoral sul da Bahia**. Salvador: BYI projetos culturais, 2003.
- RODRIGUES, Oyama D. **Um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local – o caso de Paraúna/GO**. 2003. 229 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.